


BOLETIM MENSAL N° 33

Frente Parlamentar da Saúde Mental

Abril de 2026



Na edição de abril do Boletim da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental, destacamos os principais debates, articulações e movimentações legislativas do período. O foco desta edição é a discussão sobre a escala 6x1 e seus impactos na saúde mental dos trabalhadores, tema que ganhou força no Congresso. O boletim também aborda os 25 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica, a participação da FPSM no Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde, atualizações sobre saúde mental nas escolas e o monitoramento de proposições legislativas em tramitação.

Quando o tempo de trabalho adocece: o custo da escala 6x1

As evidências científicas¹ são consistentes ao demonstrar que a organização do tempo de trabalho é um determinante central da saúde mental. Estudos da OMS e da OIT indicam que jornadas prolongadas estão associadas ao aumento de estresse crônico, distúrbios do sono, depressão e esgotamento, além de maior risco de afastamentos por transtornos mentais. Esse quadro evidencia que o adoecimento psíquico relacionado ao trabalho não é episódico, mas estrutural, resultante de condições laborais que comprometem o equilíbrio entre vida e trabalho.

No entanto, a literatura recente destaca que não apenas a duração da jornada, mas também sua distribuição ao longo da semana é determinante para esses desfechos. A escala 6x1, ao concentrar seis dias consecutivos de trabalho com apenas um dia de descanso, reduz o potencial reparador do tempo livre e transforma a folga em extensão do próprio ciclo de exaustão. Essa configuração compromete a recuperação, fragiliza vínculos sociais e restringe o tempo para atividades essenciais à saúde mental, como a convivência familiar, lazer e participação comunitária.

Além disso, vivemos uma configuração do mundo do trabalho que é marcada pela internalização da pressão por desempenho, pela autoexploração e pela dificuldade de construir sentido fora do trabalho. Assim, ao comprimir o tempo de vida e esvaziar o descanso de sua função reparadora, a escala 6x1 contribui para quadros de ansiedade, burnout e isolamento social, ao mesmo tempo em que obscurece as causas estruturais do adoecimento ao tratá-lo como problema individual.

¹INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Working Time and Work-Life Balance Around the World. Geneva: ILO, 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/working-time-and-work-life-balance-around-world>. Consultado em: 30/04/2026.

Esse cenário se reflete no fato de que o Brasil bateu, pela segunda vez em uma década, o recorde² de afastamentos do trabalho por transtornos mentais, evidenciando a dimensão estrutural e crescente do adoecimento psíquico relacionado às condições de trabalho.

Em abril de 2026, esse conjunto de evidências ganhou centralidade no debate legislativo federal. O envio de proposta pelo Executivo para revisão da escala 6x1 e redução da jornada, somado ao avanço de PECs na Câmara e instalação de comissão especial, transformou o tema em prioridade política. Nesse contexto, a discussão deixou de ser restrita ao campo trabalhista e passou a ser enquadrada como questão de saúde pública, com crescente pressão social. A convergência entre evidência científica e agenda legislativa reforça que a revisão da escala 6x1 não é apenas uma escolha regulatória, mas uma medida estruturante para enfrentar o adoecimento psíquico e promover condições dignas de vida e trabalho. A FPSM segue atenta a esse debate, tendo incluído esse tema como uma de suas prioridades da Agenda Legislativa 2025-2026.

²G1. Brasil tem mais de 546 mil afastamentos por saúde mental em 2025 e bate recorde pela segunda vez em 10 anos. G1 – Trabalho e Carreira, 26 jan. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2026/01/26/brasil-tem-mais-de-546-mil-afastamentos-por-saude-mental-em-2025-e-bate-recorde-pela-segunda-vez-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 4 maio 2026.

transparência e informação
Fique por dentro das
nossas ações pelo site e
pelo Instagram

Para haver possibilidade de participação e controle social, a transparência e o acesso à informação são imprescindíveis. Pensando nisso, conheça o site.

ACESSE

@frentedasaudemental

frentedasaudemental.com.br

SAÚDE MENTAL EM PAUTA

A Câmara dos Deputados realizou, no dia 27 de abril, uma **Sessão Solene em homenagem aos 25 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica**, reunindo representantes da academia, conselhos profissionais e movimentos de usuários da rede de atenção psicossocial. A composição da mesa e os discursos evidenciaram o caráter histórico da data, marcada tanto por celebrações quanto por críticas aos rumos atuais da política de saúde mental no país. Ao longo da sessão, especialistas e ativistas destacaram que a conquista da Lei 10.216 foi fruto de décadas de mobilização social e de experiências inovadoras no cuidado em liberdade. Ao mesmo tempo, denunciaram um cenário de contradições: embora a legislação estabeleça a desinstitucionalização como diretriz, ainda há financiamento público destinado a modelos considerados segregadores, como comunidades terapêuticas. Representantes de órgãos de fiscalização e movimentos sociais apontaram violações de direitos humanos em diferentes instituições, além da permanência de práticas associadas à lógica manicomial, mesmo sob novas denominações.

Dados apresentados durante o encontro indicaram que todas as comunidades terapêuticas fiscalizadas em determinado período apresentaram algum tipo de irregularidade, reforçando as críticas ao modelo. Também houve espaço para a defesa da rede de atenção psicossocial e para alertas sobre o risco de retrocessos, como o enfraquecimento de serviços comunitários. Parlamentares presentes reforçaram a centralidade do cuidado em liberdade como princípio estruturante da política pública. Encerrando a sessão, o tom foi de reafirmação do compromisso com a Reforma Psiquiátrica como parte do processo democrático brasileiro.



Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS)



No dia 23 de abril de 2026, foi realizada, em Brasília, a 232ª Reunião do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS), que reuniu representantes de conselhos profissionais para debater pautas estratégicas do setor. Na ocasião, a FPSM foi convidada a apresentar um balanço de suas atividades, sendo representada por seu secretário-executivo, Filipe Asth, que expôs o panorama de atuação da Frente no Congresso Nacional. O encontro também contou com a participação de representante do Ministério da Saúde, que destacou os desafios para a implementação de um novo modelo de Atenção Domiciliar no país.

Além dos informes, a Plenária deliberou encaminhamentos de comissões internas e discutiu temas relevantes, como o Estatuto dos Direitos do Paciente, políticas de saúde mental e ocupacional para profissionais da saúde e a regulamentação das profissões de sanitarista e doula. Ao final, o FCFAS reiterou seu papel na defesa da qualidade da formação e do exercício profissional em saúde, com foco no fortalecimento das políticas públicas.



ACONTECEU NO CONGRESSO

RIC n°
755/2026

Escolas

Apresentado pelo Deputado Pedro Campos (PSB-PE) e pela Deputada Tabata Amaral (PSB-SP), o Requerimento de Informação **RIC n° 755/2026** que solicita ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, informações sobre a regulamentação e a implementação da Lei n° 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

[ACESSE A PROPOSTA](#)

REQ n°
2070/2026

Profissionais de saúde

Apresentado pela Deputada Ana Paula Lima (PT-SC), o Requerimento de Inclusão de Matéria na Ordem do Dia **REQ n° 2070/2026** do Projeto de Lei n.º 2.290, de 2023, que altera a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre o programa de saúde mental e ocupacional dos profissionais de saúde.

[ACESSE A PROPOSTA](#)



Estamos de olho

Protocolada no Senado Federal uma sugestão legislativa que propõe a revogação integral do chamado "ECA Digital". A proposta (**Sugestão nº 18, de 2026**) sustenta que a legislação vigente cria exigências que aumentam custos e burocracia para cidadãos, empresas e desenvolvedores de tecnologia, além de instituir mecanismos amplos de vigilância digital. Argumenta-se, ainda, que tais medidas podem prejudicar o uso de softwares livres, encarecer serviços online e impactar negativamente comunidades que dependem da internet para estudo, trabalho e socialização. Nesse sentido, a sugestão afirma buscar a preservação da liberdade digital, da inovação tecnológica e da proporcionalidade na regulação da internet.

Cabe destacar que se trata de uma sugestão legislativa, instrumento de participação da sociedade civil no processo legislativo. Por meio dele, qualquer cidadão pode apresentar uma minuta de proposta legislativa no portal e-Cidadania. Para tramitar, a sugestão precisa alcançar mais de 20 mil apoios individuais no prazo de quatro meses, sendo então encaminhada para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Do ponto de vista político-institucional, a tendência é que a sugestão não produza impacto formal relevante no curto prazo, considerando o caráter participativo e não vinculante desse tipo de iniciativa.



Radare FPSM

Saúde dos trabalhadores

Gov.br: Abril Verde destaca a importância da gestão de riscos psicossociais na prevenção de acidentes do trabalho: Campanha marca o início do fortalecimento da integração da saúde mental à cultura de prevenção em SST

G1: NR-1: Ministro diz que norma não será adiada sem acordo entre empresas e trabalhadores.

Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental FPSM

frentedasaudemental.com.br

[@frentedasaudemental](https://www.instagram.com/frentedasaudemental)

frentedasaudemental@gmail.com

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde IEPS

secretaria executiva da FPSM

ieps.org.br

[@iepsoficial](https://www.instagram.com/iepsoficial)